



Veja depoimentos que sustentaram prisão de Arruda pelo STF

A vice-procuradora-geral da República, Deborah Duprat, defendeu a manutenção da prisão do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, durante o julgamento do Habeas Corpus no Supremo Tribunal Federal. Ela declarou que Arruda teria tentado interferir em investigações policiais que poderiam atingi-lo, assim como seus aliados.

Deborah contava com uma série de depoimentos que ajudaram a corroborar a convicção dos ministros do STF de que Arruda fez de tudo para evitar a descoberta do esquema de corrupção em Brasília. A revista *Época* teve acesso a esses documentos.

Leia a reportagem:

As razões do cárcere

ÉPOCA obtém os depoimentos que reforçaram a decisão do STF de manter Arruda na cadeia e mostram como ele usou a polícia de Brasília para atrapalhar as investigações

Durante o julgamento do habeas corpus em favor do governador afastado do Distrito Federal, José Roberto Arruda, na semana passada, no Supremo Tribunal Federal, a vice-procuradora-geral da República, Deborah Duprat, defendeu a manutenção da prisão de Arruda. Para sustentar o argumento de que Arruda tentou atrapalhar as investigações contra o suposto esquema de corrupção que dominava o Distrito Federal, Deborah fez uma revelação. Ela afirmou que, após a prisão dele, policiais civis disseram ao Ministério Público que Arruda teria tentado interferir em investigações policiais que poderiam atingi-lo, assim como seus aliados. Ao final do julgamento, na noite da quinta-feira, o STF rejeitou o pedido da defesa por 9 votos a 1 e decidiu manter Arruda preso por ter tentado obstruir o trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público.

ÉPOCA teve acesso aos depoimentos citados por Deborah. O trabalho do Ministério Público do Distrito Federal começou em janeiro, quando ÉPOCA divulgou com exclusividade os documentos apreendidos na Operação Caixa de Pandora, uma investigação conjunta da Procuradoria-Geral da República e da Polícia Federal sobre o esquema que seria comandado por Arruda. Em meio ao material, estava um papel intitulado “Anotações Pertinentes”, encontrado na casa de Domingos Lamoglia, conselheiro afastado do Tribunal de Contas do Distrito Federal e assessor mais próximo de Arruda nos últimos 20 anos. É um relato apócrifo, escrito no ano passado, a respeito de investigações da Polícia Civil do Distrito Federal sobre supostos esquemas de corrupção no governo de Brasília. O Ministério Público abriu uma investigação para apurar se informações sigilosas de inquéritos policiais estariam sendo repassadas a Arruda.

Os depoimentos obtidos por *Época* revelam como Arruda tentou interferir nas principais investigações sobre corrupção em Brasília. O delegado Celso Ferro, que chefiou a inteligência policial entre 2001 e 2009, confessou ser o autor do documento “Anotações Pertinentes”, achado na casa de Lamoglia. Ferro disse que, depois de se aposentar em março do ano passado, foi contratado por Arruda como “consultor de inteligência” para “informá-lo sobre fatos que poderiam comprometer sua imagem em vista da



reeleição em 2010, bem como informá-lo sobre os passos de seus opositores”. Segundo os investigadores, a missão de Ferro era vaziar informações sigilosas para Arruda e espionar seus adversários. Celso Ferro negou a ÉPOCA que tivesse esse papel. Ele disse que escreveu no documento “Anotações Pertinentes” apenas para lembrar Arruda de temas discutidos em reuniões.

Em outro depoimento, o delegado Cícero Monteiro, que sucedeu Ferro na chefia da inteligência policial, disse que Arruda, em junho de 2009, convocou a cúpula da Secretaria de Segurança do Distrito Federal para uma reunião na residência oficial em Águas Claras. Segundo Monteiro, Arruda pediu apoio da polícia contra a oposição e cobrou informações sobre inquéritos policiais que estavam sob sigilo de Justiça. Em seguida, Arruda teria sido incisivo: “Quero saber se o Toledo está sendo investigado”, disse. Trata-se de Marcelo Toledo, policial aposentado investigado por evasão de divisas e lavagem de dinheiro na Operação Tucunará. Os chefes da polícia desconversaram. De onde eles estavam, podiam ver, através de uma porta de vidro, Marcelo Toledo aguardando o desfecho da conversa no jardim. Toledo é apontado em investigações como o responsável por recolher propina em nome do ex-vice-governador Paulo Octávio. Em outro depoimento, o delegado Marco Aurélio de Souza, diretor da Divisão de Repressão a Crimes contra a Administração Pública, afirmou que Marcelo Toledo “havia caído em algumas interceptações telefônicas na Operação Tucunará”.

Os depoimentos ajudaram a corroborar a convicção dos ministros do STF de que Arruda fez de tudo para evitar a descoberta do esquema de corrupção em Brasília. Ao examinar o caso, os ministros se convenceram de que Arruda teria usado intermediários para tentar subornar o jornalista Édson Sombra com R\$ 1 milhão. O objetivo seria convencer Sombra a desqualificar Durval Barbosa, o ex-secretário de Arruda que gravou e divulgou os vídeos comprometedores. “Dói na alma e no coração ver um governador sair direto do Palácio para a cadeia. Há quem chegue às maiores alturas para fazer as maiores baixezas”, disse o ministro Ayres Britto.

Com a decisão, o STF mostra que acusados de corrupção podem tentar escapar da prisão usando os furtivos recursos legais disponíveis. Mas nunca tentando obstruir o trabalho da Justiça. Em seu voto, o ministro Celso de Mello afirmou que os governadores têm de ser responsáveis por seus atos. “Eles devem se sujeitar às consequências jurídicas de seus comportamentos”, disse. “Comportamentos motivados por razões obscuras, ou por interesses escusos, são incompatíveis com a coisa pública.”

Date Created

06/03/2010